

O TEATRO DO OPRIMIDO COMO POSSIBILIDADE DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA NAS JUVENTUDES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA¹

Rafael de Lima Oliveira²
Conrado Pável de Oliveira³

RESUMO:

O presente artigo se apresenta como um relato de experiência na intenção de dar enfoque à exposição de encenações construídas coletivamente, em formato de esquete, orientadas pela metodologia do Teatro do Oprimido, realizada no município de Juiz de Fora- MG, durante o período das eleições presidenciais de 2018. Naquele momento crítico de crescente instabilidade e polarização para a política do país, as apresentações refletiam, como movimento de resistência, a necessidade da continuidade do processo, até então, elaborado no projeto de extensão “Práticas Teatrais e Estética do Oprimido”, realizado na faculdade de Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, que teve por base as vivências dos jogos e exercícios criados pelo dramaturgo brasileiro Augusto Boal. As esquetes procuraram provocar uma perspectiva crítica em relação às opressões impostas na sociedade atual, como: Racismo, Xenofobia, Homofobia e Estigmatização da Loucura. Deste modo, o intuito deste relato é tornar visível os efeitos do processo trabalhado pelo grupo afim de explicitar em que medida esta experiência pode figurar como possibilidade de subjetivação política nas juventudes atualmente. A experiência apontou para a necessidade de práticas que se proponham a ações concretas e continuadas, princípio fundamental compreendido nas bases do TO. Esta posição pressupõe a consciência do constante movimento da história concebendo o ser humano como ser em permanente construção.

Palavras-chave: Teatro do Oprimido. Modos de Subjetivação. Política. Juventudes.

THE THEATER OF THE OPPRESSED AS A POSSIBILITY OF POLITICAL SUBJECTIVATION IN YOUTH: AN EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT:

This paper presents as an experience report in order to focus on the exhibition of collective play-acting, in sketch format, guided by the methodology of the Theater of the Oppressed, held in the city of Juiz de Fora-MG, during the elections of 2018. At

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 29/10/19 e aprovado, após reformulações, em 28/11/2019.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail:rafaellimaol@outlook.com.br

³ Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail:conradopavel@cesjf.br

that critical moment of increasing instability and polarization to the country's politics, the performances reflected, as resistance movements, the need of continuation of the process, which was until then elaborated on the extension project "Theatrical Practices and Aesthetics of the Oppressed", held at the Psychology College at the "Centro de Ensino Superior of Juiz de Fora", based on the experiences of games and exercises created by the Brazilian playwright Augusto Boal. The sketches sought to provoke a critical perspective in relation to the oppressions imposed on today's society, such as: Racism, Xenophobia, Homophobia and Madness Stigmatization. Thus, this report aims to make visible the effects of the process worked by the group in order to clarify to what extent this experience can figure as a possibility of political subjectivation in youth on current times. The experience pointed to the need for practices that propose concrete and continuous actions, a fundamental principle understood in the foundations of the TO. This position presupposes the awareness of the constant movement of history, conceiving the human being as a being of permanent construction.

Keywords: Theater of the Oppressed. Political Subjectivation. Policy. Youth.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão acerca da noção de política, de acordo com Ribeiro (2004), passou por diversas transformações quando comparada àquela vivenciada pelas juventudes dos anos 60 e 80. Conforme aponta Carvalho (2004), diferentemente das gerações anteriores, que trazem em sua história a experiência de participação política baseada nos ideais socialistas ante o conflito de classes, a inquietude política dos jovens encontra na contemporaneidade outro ambiente de recepção.

Vale ressaltar que, na presente produção, opta-se por adotar o conceito de "juventudes" como forma de enfatizar a multiplicidade de formas de ser e agir da juventude contemporânea, caracterizada por apresentar posturas e modos de subjetivação singulares afetando o espaço social em que circulam, bem como também sendo afetadas por estes, evidenciando assim, a existência de várias juventudes e diversas formas de dialogar com o mundo atual.

Ainda segundo Ribeiro (2004), voltando-se ao campo da ideia de política, esta está relacionada aos debates em torno das marcas da redefinição entre as esferas pública e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política, evidenciando a sua renovação por meio de novas linguagens, sentidos, valores e formas de participação. Tais formas de participação aparecem por meio da atuação em entidades estudantis, organizações não governamentais, partidos políticos e movimentos sociais, além do voluntariado,

grupos musicais, religiosos, grupos artísticos, objeto do presente estudo, dentre outras formas.

Existe atualmente uma perda de prestígio da dimensão política e, ao mesmo tempo, a valorização da juventude na atualidade. A principal razão da falta de interesse atual pela política é que, especialmente nos países mais pobres e nas democracias recentes, os regimes democráticos não obtiveram êxito no quesito promoção social, não conseguindo resolver a questão da desigualdade social, deixada pelos regimes ditatoriais, o que repercute em uma imagem negativa da política, vista como área desenergizada, que não consegue cumprir o que prometeu (RIBEIRO, 2004).

Neste aspecto, no tocante a reconfiguração das relações de sentido e significado em relação ao conceito política, a sua vivência nas juventudes, até as suas possibilidades de manifestação e subjetivação através de um prisma estético-político, faz-se necessário, primeiramente, como proposta deste artigo, problematizar este pano de fundo já tensionado. Para isso, será realizada uma aproximação de conceitos presentes no pensamento de Jacques Ranciere (2009) acerca da sua noção de Política, a fim de constituir uma análise fundamentada e coerente com tal proposição.

Em seguida, será apresentado como possibilidade o caminho do Teatro do Oprimido, seus fundamentos e a sua materialização em um relato de experiência, de maneira a compartilhar percepções, observações e contribuições à multiplicação do método. Para tanto, será relatado o processo que culminou na exposição das encenações construídas coletivamente, em formato de esquete e, orientadas pela metodologia do Teatro do Oprimido, realizada no município de Juiz de Fora- MG, durante o período das eleições presidenciais de 2018. Este se dividirá em dois momentos: o primeiro, inaugurado como um projeto de extensão do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. O segundo, como apresentações autônomas após a interrupção do vínculo com a instituição.

O projeto de extensão Práticas Teatrais e Estética do Oprimido, foi disponibilizado no ano de 2017, no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. A proposta e o seu processo de execução foram orientados, mediados e coordenados por um professor do curso de Psicologia, com o objetivo de contribuir no processo formativo dos alunos no campo do teatro, a fim de propiciar uma experiência artística,

estética e política que favorecesse o desenvolvimento de ferramentas a serem empregadas na análise e intervenção crítica sobre a realidade social. Deste modo, ampliando a percepção das ciências psicológicas e prática profissional como inseparáveis de um compromisso social com a realidade brasileira. Os encontros aconteciam uma vez por semana e tiveram o seu fim, institucionalmente, em dezembro de 2017, em virtude da incompatibilidade de horários para o grupo se reunir. No entanto, em outubro de 2018, durante o período das eleições presidenciais, momento de crescente instabilidade e polarização para a política do país, o grupo dicente se viu convocado por tais circunstâncias à retomada de suas atividades, contando então com o consentimento do professor orientador mencionado para a realização de duas apresentações, desta vez de forma independente da faculdade, em dois espaços públicos da cidade.

Naquele momento, em uma matéria veiculada pelo jornal espanhol **El País**, Marcos Nobre, filósofo e cientista social brasileiro, lamentava sobre a perda de conexão do sistema com a sociedade (BETIM, 2018). Uma semana antes, a **Gazeta do Povo**, diretamente de Genebra, publicava outra notícia sobre o fato de nas últimas semanas, o Brasil estar sendo alvo de um acompanhamento específico por parte das agências da Organização das Nações Unidas (ONU) no que se referia às eleições presidenciais. A reportagem apurou que a entidade decidiu fazer um monitoramento minucioso do que estava ocorrendo no país, temendo que a principal democracia da América Latina pudesse ser afetada por um clima de tensão política inédita desde os anos 80.

Lara Mesquita, também cientista social brasileiro, em uma entrevista a **BBC**, em Londres, ponderava que o Brasil, teria um candidato entendido como uma ameaça à democracia, na avaliação dos seus colegas das ciências sociais. Ao mesmo tempo, dizendo que haveria quem advogasse que o segundo candidato nas pesquisas também poderia representar uma ameaça à democracia, diante do contexto de polarização que se assentava (PASSARINHO, 2018). Semanas depois, o **Jornal do Brasil**, publicava uma matéria do britânico **The Guardian** demonstrando a sua preocupação com o fato do Brasil, nas suas palavras, estar vivenciando a pior crise de sua história desde o golpe civil-militar e o estabelecimento da ditadura civil-militar em 1964.

Notícias – Souza e Valença (2018) e RBA (2018) – apontavam, portanto, que o processo eleitoral se desenhou em uma extrema polarização política, aumento da violência e do discurso de ódio entre eleitores e concorrentes. Segundo Almeida (2019), tal processo de crise brasileira iniciou-se com as manifestações de junho de 2013. Para o autor, esta crise política se apresentava como resultado de uma sequência de fissuras, ora na sociedade, ora entre os agentes políticos e nas próprias instituições, sobretudo na relação entre os poderes. As manifestações de junho de 2013 funcionaram como um gatilho gerador de outra percepção coletiva sobre a realidade brasileira, e outros eventos, entre 2013 e 2018, ampliaram a trinca, de tal maneira que a possibilidade de alguma recomposição não se colocou no horizonte durante as eleições de 2018 (ALMEIDA, 2019).

Neste contexto, as apresentações realizadas durante o período eleitoral, foram baseadas na metodologia do teatrólogo Augusto Boal, nascido no Rio de Janeiro em 1931. Boal foi considerado um dos maiores diretores do teatro contemporâneo. Por motivos políticos, foi exilado entre 1971 e 1986 e passou os quinze anos idealizando e desenvolvendo experiências teatrais por diversos países, como Índia, Perú, Bolívia e França, dentre outros. Hoje é reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como o Embaixador Mundial do Teatro. Boal (2009, p. 22) salienta que atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!. Em sintonia com o autor, buscou-se nas técnicas de Teatro de Jornal e do Teatro Imagem, construir um trabalho estético que pudesse despertar uma visão crítica em relação às opressões impostas pela sociedade, como: Racismo, Xenofobia Homofobia e Estigmatização da loucura, dentre outras, nunca perdendo de vista que os comportamentos de exclusão não estão isolados de uma estrutura burguesa, capitalista, ao contrário servem a este sistema. Esta estrutura se alimenta das opressões e mantém uma grande parcela da sociedade nesta condição subalterna, afim de dar continuidade à exploração dos vulneráveis

Os Jogos de Teatro do Oprimido reúnem características essenciais da vida social e ainda ajudam na desmecanização do corpo e da mente, sempre tão ambientado ao cotidiano, podendo despertar-se para a arte e assim, estar pronto para os enfrentamentos quotidianos na busca de uma transformação social. Os jogos são

parte fundamental do processo teatral (PAULA, 2017). Neste sentido, procura-se colocar em evidência, como forma de subjetivação política e possibilidade de resistência frente aos discursos estruturais de opressão protagonizados na atual conjuntura brasileira, o Teatro do Oprimido.

O presente artigo traz como objetivo expressar e analisar, através do relato de experiência aliado à revisão bibliográfica, os efeitos do processo de envolvimento das pessoas que participaram do projeto de extensão com a metodologia do Teatro do Oprimido e em que medida esta experiência figura como possibilidade de subjetivação política e resistência frente aos múltiplos cenários de opressão vivenciados atualmente e historicamente nas juventudes. Deste modo, através deste relato, pretende-se também contribuir para a difusão, conhecimento e multiplicação da prática do Teatro do Oprimido e considerar sua importância para a análise e transformação da dimensão subjetiva e objetiva da realidade social.

2 A PARTILHA DO SENSÍVEL E O CONCEITO DE POLÍTICA EM RANCIÈRE

Sabe-se que os dois grandes modelos clássicos da razão política repousam sobre uma ficção de origem na qual a política é uma reunião de indivíduos ligados entre si, seja por sociabilidade natural, seja por necessidade de superar sua insociabilidade natural a fim de assegurar sua conservação. [...] A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível (RANCIÈRE, 1996b, p. 368)

Rancièrè (2009, p. 7) compreende pelo conceito “partilha” duas dimensões diferentes, que se opõem em partes, mas também se completam. O termo pode significar aquilo que se tem de semelhante, que se compartilha e permanece em uma ordem de pertencimento similar, mas também significa aquilo do qual se é retirado por não pertencer à ordem do comum. Ou seja, a partilha do sensível é a maneira pela qual o que é considerado comum ou não, é dividido entre pessoas em um ambiente social. Formas de agir, ideias, maneiras de ser e pensar são excluídos da “ordem do discurso” que conecta o senso comum, enquanto outros são considerados aceitáveis e pressupostos como partilhados pela grande maioria da população, considerados equivocadamente como naturais ou normais. A partilha do sensível é uma espécie de regime específico das normalidades entendidas em um âmbito cultural. A cada

sociedade sua partilha, a cada partilha suas exclusões. A esta partilha sobrepõe-se atos estéticos e políticos que, para Rancière, encontram-se profundamente interligados. A política, deste modo, aconteceria não através da chave do consenso, ou seja, daquilo que se possui em comum, mas da ordem do dissenso, sendo aquelas coisas que não são igualmente pressupostas por dois indivíduos distintos.

Neste sentido, interessa a esta proposta compartilhar do sentido de democracia desenvolvido por Rancière (1996, p. 103), entendendo-a de maneira desvinculada ao regime social, entre individualismos e massas, ou a um regime parlamentar ou estado de direito, mas sim atrelada ao modo de subjetivação da política enquanto oposição às normatizações e naturalizações configuradas por determinados regimes. A política então assume um sentido de atividade que reconfigura os âmbitos sensíveis nos quais se definem objetos comuns. Ela rompe a evidência sensível da ordem "natural" que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública ou à vida privada, voltando-os sobretudo a certo tipo de espaço ou tempo, a certa maneira de ser, ver e dizer. Neste sentido o autor afirma que:

Essa lógica dos corpos tem seu lugar numa distribuição do comum e do privado, que é também uma distribuição do visível e do invisível, da palavra e do ruído, é o que propus designar com o termo polícia. A política, portanto, é a prática que rompe a ordem da polícia que antevê as relações de poder na própria evidência dos dados sensíveis (RANCIERE, 2012, p 60).

Sobre o conceito de Polícia, de acordo com Etchegaray (2014) o entendimento de Rancière concerne à dimensão de um regime, a partir do qual se dá a distribuição das partes da comunidade e não à relação direta que se costuma estabelecer da polícia com o arsenal bélico, ou as forças policiais de manutenção da ordem, que operam dinâmicas de vigilância e repressão. Deste modo, é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. No entanto, para definir isso, é preciso antes definir a configuração do sensível na qual se inscrevem umas e outras (RANCIERE, 1996, p.42).

A polícia é assim, à priori, uma convenção dos corpos que solidifica as divisões entre os modos de ação, os modos de ser e os modos do dizer, de tal maneira que tais posições sejam designadas por seu nome para determinado lugar e tarefa; [...]é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja compreendida como discurso e outra como ruído (RANCIERE, 1996, p.42).

A sua compreensão, portanto, se dá à partir de uma divisão do político como uma interseção entre o regime policial e a política, haja vista, o primeiro, como as ditas lógicas de distribuição do sensível entre as partes do comum que produzem não visibilidades e a segunda, não vinculada a uma relação direta com a mecânica estatal, trazendo em seu cerne o tensionamento na ordem sensível, produzindo, deste modo, fissuras a partir das quais modos alternativos de subjetivação passam a ser possíveis.

Deste modo, a política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela (RANCIERE, 1996), ou seja, na produção do encontro entre Polícia e Política, se dá a irrupção de um espaço fértil à subjetivação política e ao aparecimento do sujeito político.

Como produzir então tais fissuras?

3 JUVENTUDES

Na pesquisa, *Juventude e política: Modos de subjetivação na contemporaneidade*, Silva (2006) traz reflexões sobre a multiplicidade de formas de ser e agir da juventude, caracterizada por apresentar posturas e modos de existência, subjetivação singulares afetando o espaço social em que circulam, bem como também sendo afetadas por estes. Evidencia-se assim, a existência de várias juventudes e diversas formas de dialogar com o mundo atualmente. Como apresentado na pesquisa, os jovens percebem que os movimentos de participação política, hoje, estão fragmentados e que não existe uma unidade entre os mesmos.

No entanto, ainda segundo tal pesquisa, a juventude contemporânea não se propõe a romper radicalmente com a ordem vigente, mas a provocar ruídos nela, abalar seus paradigmas a partir de desvios minoritários, menos gerais, porém, mais proveitosos. Esta nova configuração pode ser vista como reflexo da cultura do individualismo, dos crescentes avanços tecnológicos e da forma de organização do mundo em torno da globalização. Porém, muitos jovens também apontam a necessidade de um envolvimento mais comprometido com a dimensão comunitária para que movimentos políticos tornem-se mais proveitosos de fato (SILVA, 2006).

No ano de 2005, foi realizada a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, coordenada pelo Instituto Brasileiro de

Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas (Polis). O público participante foi de 8 mil jovens, entre 15 e 24 anos de idade, moradores das cinco regiões do país. Foi demonstrado que 65,5% dos entrevistados procuravam se informar sobre política, mas sem participar diretamente. Este estudo aponta caminhos diversificados para participação do jovem na vida política, ou seja, em entidades estudantis, organizações não-governamentais, partidos políticos e movimentos sociais, mas também no voluntariado e nas formas autônomas de participação, como em grupos artísticos, musicais, religiosos, etc. (IBASE/PÓLIS, 2005). Além disso, foi possível apurar, através da pesquisa, que dos 8 mil jovens entrevistados, 28,1% faziam parte de algum grupo; 85,5% afirmaram se informar sobre o que acontece no mundo; 89% acreditam que as pessoas devem se unir para defender os seus interesses e 85% disseram que é preciso abrir canais de diálogo entre cidadãos e governo.

Ainda no estudo supramencionado, vale ressaltar a contemplação de categorias das juventudes, de gênero, raça, classe e religião, no processo da pesquisa. A amostra foi composta, em partes iguais, por homens e mulheres. Quanto à faixa etária, 30,1% têm entre 15 e 17 anos; 30% estão entre 18 e 20 anos e 39,9% entre 21 e 24 anos. Participaram dos Grupos de Diálogo 913 jovens convidados(as); no qual a presença feminina e masculina também foi equilibrada. Quanto a categoria de classe, observou-se uma concentração na classe C (44,0%), seguida das classes D/E, com 25,9%, tendo nas classes A/B a menor representação: 24,3%.

Entretanto, deve-se considerar que tais dados expressam a média nacional e encobrem disparidades socioeconômicas entre as diferentes regiões do país. Isto porque, quando desagregados, verifica-se que enquanto na Região Metropolitana de Porto Alegre 43,1% dos(as) entrevistados(as) encontram-se na classe C, 28,5% na classe A/B e 19,8% na classe D/E; em Belém, os estratos mais numerosos correspondem às classes C (33,0%) e D/E (34,2%). Esse último chega a 39,7% dos(as) entrevistados(as) em Salvador e a 45% deles(as) em Recife. Quanto à raça, a pesquisa de opinião demonstra a predominância de brancos e pardos: 42,3% e 34,4%, respectivamente; sendo que 16,1% se identificaram como pretos (IBASE/PÓLIS, 2005).

Neste panorama, vale considerar que a compreensão sobre a ideia de política

passou por diversas transformações quando comparada àquela vivenciada pela juventude dos anos 60 e 80, conforme aponta Carvalho (2004), o qual afirma que diferentemente das gerações anteriores, que trazem em sua história a experiência de participação política baseada nos ideais socialistas ante o conflito de classes, a inquietude política dos jovens encontra hoje outro ambiente de recepção. Ainda segundo o autor, atualmente, o campo da ação política traz as marcas da redefinição entre as esferas pública e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política, evidenciando a sua renovação por meio de novas linguagens, sentidos, valores e formas de participação.

Há três ou quatro décadas, uma parcela dos jovens se definiram como protagonistas na narrativa épica das grandes transformações sociais. Hoje, a juventude se redefine, na esfera do discurso público, como objeto de políticas sociais e sujeito de direitos. Nos discursos externos, que justificam as políticas, os jovens são definidos como carentes, vulneráveis, capital humano, população a proteger ou racionalizar, a empoderar ou controlar. Entretanto, em contraste com esta visão externa, de maneira mais cotidiana e menos épica, os jovens vêm gerando novas sensibilidades e produzindo novas identidades, sobretudo através do consumo cultural e da comunicação em geral. Por um lado, a idade os confina a ser receptores de distintas instâncias de formação e disciplinamento e, por outro, se difunde na mídia e na escola o mito de uma juventude protagonista de novas formas de relação e interação social. A juventude se vê, pois, tensionada entre a dependência institucional e a expectativa de participação autônoma (BRASIL, 2014).

4 DE SEM-PARCELA A SUJEITO POLÍTICO - TEATRO DO OPRIMIDO COMO PROPOSTA CONCRETA E CONTINUADA

No tocante justamente a formas de participação artísticas e políticas, conforme Campos et al. (2014), o Teatro do Oprimido (TO) é um método teatral em que a construção do drama é realizada por pessoas que sofrem opressões, conceitualmente consideradas entraves para a realização de desejos e para a experiência de uma vida livre, democrática, humana. O drama é real e estético, teatral e cotidiano, com características próprias que visam facilitar o diálogo com a plateia. No TO, os

espectadores passam a ser espect-atores, pois, em vez de afastados da cena e alienados na identificação catártica acrítica, são convidados a participar ativamente debatendo e apresentando suas saídas para as situações-limite encenadas.

Ética e Solidariedade, em forma estética, são a seiva que alimenta a Grande Árvore do TO e viajam pelas artérias axiais da Palavra, da Imagem e do Som, transitam pelos Jogos, metáfora da realidade, e iniciam o processo de nos despirmos do lixo cultural que nos envolve, estimulando a criatividade dos participantes (BOAL, 2009, p.188).

Segundo Costa Gomes e Gondar (2015), o Teatro do Oprimido, em sua acepção mais fundamental, possui por finalidade fornecer ao oprimido os meios de produção teatrais. Historicamente, para Boal, os meios de produção da arte, suas ferramentas e pontos de vista foram confeccionados, na maior parte das vezes e com maior potencial de alcance, pelas classes dominantes. A aristocracia política, que também estendia seus recursos para utilizar a arte como veículo da ideologia dominante, ainda vigora dentro dos modelos do capitalismo.

Nesse sentido, conforme Nunes, J. A. (2003), o TO foi criado por Augusto Boal como reação à alienação do teatro tradicional, cujo desenho mantém em oposição os técnicos, possuidores da arte e da ideologia que deve ser aprendida e assimilada, e o público, que as recebe passivamente através da percepção adormecida e acrítica. Essa forma de teatro surgiu como método de intervenção num momento de democratização do conhecimento e das decisões públicas, de descolonização dos saberes, da política e da cultura, num movimento contra-hegemônico de globalização. Cada vez mais aceito em áreas acadêmicas e profissionais como a educação, a psicologia, a economia e a comunicação, o TO apresenta-se como ferramenta importante para a participação popular e a criação coletiva de novas subjetivações desalienadas, mostrando-se uma ferramenta também proveitosa na construção de saberes e de políticas, especialmente nos debates sobre a cidadania e a democracia.

Ainda conforme Boal (2009), o processo prático estético se inicia no tronco da Árvore com os jogos lúdicos. No Teatro Imagem, as formas de percepção não-verbal são estimuladas, sem detrimento da palavra.

Na nossa Árvore existem quatro grandes Copas, e mais uma. A primeira, Teatro Jornal. Seria ingenuidade pensar em liberdade jornalística: jornalismo é ficção a mando dos proprietários, que nele refletem suas ideologias. Mesmo quando dizem a verdade, os jornais dominantes mentem usando técnicas ficcionais, como a diagramação e o tamanho das letras (BOAL, 2009, p. 188).

As doze técnicas do Teatro Jornal (1970, Núcleo 2 do Teatro do Arena de São Paulo) permitem desmistificar essa falsa neutralidade transformando notícias e reportagens, ou qualquer material impresso, atas sindicais, em cenas teatrais.

A segunda Copa é o Arco-Íris do Desejo, iniciado em um ateliê em Paris (1980-1983), no Centre du Théâtre de l'Opprimé-Augusto Boal, que codirigiu com Cecília Thumim Boal: *Le flic dans la tête* (O policial na cabeça).

Nesta fronde da Árvore estudam-se as técnicas introspectivas, que mostram opressões que trazemos integradas como se tivessem nascido em nossa mente; estudam-se as relações sociedade-indivíduo. Podem ser terapêuticas, mas não terapia. A terceira Copa é o Teatro Invisível, que iniciei quando exilado em Buenos Aires (1971-1973), com o Grupo Machete. Tenta sensibilizar a cidadania para opressões despercebidas: é preciso desfamiliarizar a opressão para que se possa vê-la e combatê-la. (BOAL, 2009, p.188).

Neste o espectador nem sequer sabe de sua condição, sendo sobreposto à ação dramática de imediato e, conseqüentemente, participando de forma ativa do espetáculo que se segue. No caso, alguns atores encenam um caso de opressão explícito – por exemplo, o racismo – em algum lugar público, imediatamente instando as pessoas ao redor a intervir (COSTA GOMES; GONDAR, 2015).

No Teatro Fórum, no coração da Árvore, os oprimidos conscientes e os oprimidos conscientizáveis expõem opiniões, necessidades e desejos; ensaiam ações sociais concretas e continuadas, que é a Copa Soberana, meta maior do Teatro do Oprimido – a intervenção na realidade.

De acordo com Boal (2009, p.188) a Estética do Oprimido baseia-se na possibilidade de expansão do ser humano e em sua expressão pela arte, partindo do pressuposto de que todas as pessoas podem criar e dialogar, re-criando assim a realidade, para si mesmas e para aqueles com os quais interagem.

Teixeira (2004) sintetiza os objetivos do TO na mudança do espectador do lugar de alienado para o de sujeito, ativo em sua história, visando não à contemplação do presente, mas à preparação para o momento seguinte. A Associação Internacional do Teatro do Oprimido (AITO, 2012 apud CAMPOS, 2018), por sua vez, salienta, entre as finalidades do TO, uma das mais imprescindíveis: restabelecer o diálogo entre os seres humanos, evitando a construção de relações opressoras e oprimidas. Assim, deve-se promover o intercâmbio livre entre sujeitos, de forma individual ou coletiva, e

sua livre participação como cidadãos iguais. Trata-se do ideal de simetria da democracia participativa, tão difícil de ser alcançado, já que todas as relações são atravessadas pelos mecanismos de poder. Por último, conforme Campos (2018), a prática do Teatro do Oprimido pressupõe o exercício de ações concretas e continuadas, este é o fundamento de seu caráter pedagógico. Trata-se de um aprendizado gerado pela experiência militante nas comunidades em que tem lugar, em cada contexto social. Funda-se na consequência e coerência entre teoria e prática. As práticas são justificadas pelo engajamento que suscitam. Conceber a própria luta como um processo pedagógico supõe a consciência do constante movimento da história, distanciando-se de qualquer fatalismo, concebendo o ser humano como ser em constante construção.

5 CAMINHO METODOLÓGICO E PRÁTICO TRILHADO PELA EXPERIÊNCIA

O presente artigo se encontra sob o formato de pesquisa qualitativa. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Este relato de experiência teve o seu primeiro esboço sob a forma de um relatório apresentado à disciplina de estágio básico supervisionado I, que compõe a grade de matérias do curso de Psicologia no Centro de Ensino Superior, de Juiz de Fora-MG. O presente trabalho é fruto dos desdobramentos do projeto de extensão Práticas Teatrais e Estética do Oprimido, disponibilizado em abril de 2017 e finalizado em dezembro do mesmo ano, na mesma instituição, que resultou na criação de encenações em formato de esquete teatral, objeto de apresentações em diferentes contextos, durante o funcionamento do projeto e também após a sua interrupção, especificamente no período das eleições presidenciais de 2018. Neste período, as apresentações ocorreram em dois espaços públicos na área central do município de Juiz de Fora/ MG – Praça João Pessoa e Praça Antônio Carlos. A população participante se restringiu aos transeuntes que se movimentavam por estes dois

espaços nos respectivos momentos. Vale ressaltar que o público presente no segundo momento, era predominantemente de jovens e que estas apresentações foram resultado, portanto, de todo o processo vivido ao longo dos 14 encontros realizados no Campus Academia em Juiz de Fora. O grupo foi constituído por jovens discentes, que cursavam períodos distintos da graduação do curso de Psicologia da faculdade mencionada, os quais procurou-se preservar a sua identidade social e cultural.

A origem dos encontros do grupo, iniciou-se em 19 de abril, no projeto de extensão, cuja a proposta e o seu processo de execução foram orientados, mediados e coordenados pelo docente do curso na época, Ronan Lobo de Paula. Neste processo, procurou-se sensibilizar alunos de graduação apresentando possibilidades de atuação na sociedade comprometidas com a libertação dos oprimidos e afim de lutar contra os opressores, buscando uma leitura da realidade que reflita no ofício do psicólogo e proporcione a compreensão do processo sócio-histórico e suas implicações. O Teatro do Oprimido se compromete com uma visão mais profunda das relações de opressão e convoca a uma reorientação da ação do futuro profissional combatendo uma visão simplista do ser humano e de suas relações.

Para tanto, no projeto o professor ocupou o lugar do chamado Curinga, parte fundamental integrante do sistema do Teatro do Oprimido, sendo o elemento mediador dos processos de TO: quem provoca e quem, frequentemente, dinamiza os grupos. (BARBOSA; FERREIRA, 2017). Conforme Campos (2018), ainda sobre o Curinga, acima de tudo, este pratica o diálogo. Deve orientar-se por essa via que passe sempre por um questionamento de sua própria prática. A sua direção é praticar um equilíbrio que se efetive na ação coletiva, agindo para que os jogos, as dinâmicas, as montagens, transcorram no melhor de suas potencialidades.

Deste modo, as propostas, desde o início, foram construídas coletivamente, a partir de vivências dos jogos e exercícios teatrais contidos no arsenal do Teatro do Oprimido e das técnicas de Teatro Imagem e Teatro de Jornal contidas neste. A primeira trabalha na transformação de questões, problemas e sentimentos em imagens concretas. Nesta, é dispensado, portanto, o uso da palavra, para que se possa usar o corpo, fisionomias, objetos, distâncias e cores, buscando desenvolver outras formas perceptivas, formas sensoriais. Na segunda, Boal usava a cena para mostrar o que se perdeu nas entrelinhas das notícias censuradas, criando imagens

que revelem silêncios. Foi muito utilizada na época da ditadura militar brasileira, para revelar informações distorcidas pelos jornais da época que se encontravam sob censura oficial. Nos dias atuais, é utilizada para explicar as manipulações feitas pelos meios de comunicação e pela política tradicional partidária (PAULA, 2017).

Este processo de criação resultou, portanto, em um trabalho em forma de esquete teatral. A primeira apresentação aconteceu em sintonia com a proposta do II Seminário de Psicologia do CES/JF: Interfaces da Psicologia contemporânea, e principalmente, ajustado as palestras que sucederam-no. O evento compreendia a semana do Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia, e dia 18 de maio, referente à luta Antimanicomial e Combate à Exploração Sexual de Crianças, em 2017. A esquete trouxe em sua estética a representação do clima daquele momento pela leitura cruzada de notícias de jornais do dia em movimento e ritmo crescente até o toque de um sino que dá entrada ao movimento de uma esteira onde corpos objetificados entoando discursos em defesa de minorias sociais eram esmagados e comprimidos, ensacados e transformados em lixo humano

Em novembro do mesmo ano, novamente foi apresentada a esquete no XIX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que com o tema Democracia Participativa, Estado e Laicidade: Psicologia Social e Enfrentamentos em Tempos de Exceção. Esta aconteceu na abertura de um Grupo de Trabalho que tinha como ponto central, a discussão: Ética e Psicologia. De maneira a compor o espaço cênico, foram levadas produções fotográficas que surgiram em meio ao processo de criação do grupo, realizadas pelos seus integrantes, relacionadas a imagens que retratavam formas invisibilizadas de opressão. Convocados a refletir sobre o que é opressão, cada integrante produziu fotografias que julgaram ser reveladoras de diversas opressões já citadas. Estas fotografias dispararam uma esquete que explorava as possibilidades das imagens e sua relação com a mídia, a arte, o mercado, o capital, a psicologia. Sua estrutura de apresentação é simples em conformidade com a proposta teatral de Augusto Boal, que procura ocupar espaços não convencionais e atingir todas as camadas da sociedade. Após esta apresentação, o projeto de extensão e suas atividades foram, então, finalizados.

Entre o fim do projeto de extensão supracitado e as apresentações realizadas no período eleitoral, foi possível o contato e estreitamento com outros grupos jovens

de Teatro do Oprimido na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro, formado por jovens moradores do Complexo da Maré, traz como proposta provocar a visibilidade, discussão e ação, através do Teatro do Oprimido, sobre suas histórias reais, trabalhando questões como o preconceito que existe no mercado de trabalho em relação ao morador de favela, a segregação espacial, o machismo, a questão de gênero, a exploração laboral, o castramento de sonhos. O segundo, também pertencente à Maré, traz como pauta de luta, as questões LGBT. Assim foi possível um compartilhamento de experiências significativas que envolvem os jogos de Teatro do Oprimido e o atual contexto social.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES - A PRÁTICA DO TEATRO DO OPRIMIDO COMO FORMA DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

Tentar perceber enquanto contradições uma realidade que é apresentada como homogênea, tentar “manipular”, mexer essas contradições. Mostrar o real que é dado como homogêneo e liso, mostrando que tem ciclos, falhas, contradições, aberturas, que o momento presente é um entrelaçar de correntes diversas (BOAL, 2014).

Através de todo o processo percorrido, a cada passo, jogo, exercício, imagem, movimento, som, palavra, diálogo, dissenso, consenso houve a possibilidade de vivência de um desnudamento, identificação e desidentificação das partes acerca da dita partilha do sensível, colocada por Rancière (2009). O próprio fato do grupo se propor a um processo que explora além da unívoca dimensão da racionalidade – algo comum, Policial, na lógica acadêmica e das ciências psicológicas – abriu as portas como um ato transformador, político. Ao longo do processo pode-se dizer que houve uma reconfiguração do grupo em sua relação com a Psicologia, aprofundando deste modo sua dimensão ético-política e o compromisso social necessário em sua compreensão e atuação. O grupo teve a oportunidade de dialogar, problematizar e situar situações estruturais histórico-políticas de opressão e os atravessamentos ressoados por essas na experiência coletiva de cada um, fosse por marcadores de raça, gênero, classe, etnia e outros, produzindo com isso possibilidades de intervenção.

Houve, portanto, uma reconfiguração também em relação à própria história de cada um como sujeito político e histórico, em movimento (LANE, 1988) e também

enquanto juventudes que se manifestam atravessadas política e socialmente, cada qual em consonância com as suas respectivas categorias históricas. No sentido das fissuras provocadas pelo trabalho, experimentou-se, a partir disso, uma reconfiguração da relação com a dinâmica espacial dos espaços públicos da cidade e as pessoas que os ocupam a partir das apresentações nestes, havendo uma apropriação e uma sensação de quebra na dinâmica automatizada destes, abrindo a possibilidade de reconhecimento, pertencimento, igualdade e confiança. Nas palavras de Rancière, em direta sintonia com Boal, a separação entre palco e plateia é um estado que deve ser superado. Eliminar essa exterioridade é objetivo da performance, de maneira a colocar os espectadores no palco e os performers na plateia, extinguindo a diferença entre ambos, deslocando a performance para outros lugares, identificando-a com a tomada de posse da rua, da cidade ou da vida (RANCIERE, 2012, p. 19).

É possível, deste modo, a partir do retorno sobre a experiência do grupo e a ausculta das invisibilidades e visibilidades habitadas por cada um alinhar finalmente uma aproximação sintética entre Boal e Rancière, portanto, para a compreensão da prática do Teatro do Oprimido, como forma de subjetivação política nas juventudes.

Neste sentido, conclui-se que a política e o processo de subjetivação política, portanto, como já explicitado em Rancière (1996), se dá na fenda, na fissura, criada no “entre”, no encontro, na relação, através da partilha do sensível. Diante da lógica colocada sobre polícia e política, a política seria propriamente a fissura em meio às convenções criadas nas mais diversas formas de encontros humanos que em certo momento os limita e os encapsula, os esterelizando e os moldando novamente. A política, portanto seria a possibilidade, a potência fundamental de renovação e movimento à partir de um reordenamento das coisas, espaços, percepções mediante à ótica não só do símbolo outrora convencionado, mas de sua reinvenção à partir de uma dimensão do sensível; fazendo então, um diálogo com a noção do “Pensamento Sensível” de Boal, fértil, potencial e significativa na Estética do Oprimido, em movimento dialético constante junto ao simbólico. O pensamento sensível, longe de ser algo enterrado nos primórdios generativos da linguagem, encontra-se presente nos nossos modos de ser e perceber, estando conectado constantemente ao nosso cotidiano, sendo também inseparável de todo e qualquer gesto. Ele se constitui

primariamente pela capacidade de dar novos significados ao presente através do passado, mas também dar novos significados ao passado através do presente (COSTA GOMES; GONDAR, 2015).

No entanto, este coloca a “captura”, manipulação e escravização dessa dimensão do sensível pelas lógicas estruturais do capital, a partir dos “neurônios estéticos”. Segundo a Teoria dos Neurônios Estéticos, quando um ser humano é exposto cotidianamente com as mesmas informações dogmáticas repetitivas – sejam elas de cunho religioso ou esportivo, belicista, sexista, racista ou de qualquer outra ordem – essas informações, por mais absurdas que sejam, fixam no cérebro e formam impenetráveis e agressivas coroas de neurônios fundamentalistas, aversivas a qualquer pensamento contraditório, induzindo suas vítimas a um funcionamento sectário da religião e do futebol, da arte e da política. Transformam seres humanos em estações repetidoras de conceitos que não entendem e de valores vazios (BOAL, 2006, p. 8).

É notável o diálogo entre Rancière e Boal, deste modo, na compreensão sobre o funcionamento e operatividade das estruturas de poder de tal maneira a “limitar”, estabelecer direção apriorística ao movimento vital, o potencial criativo, político, – conceito de Ranciere (1996) – sensível, – conceito de Boal (2009) – humano e conseqüentemente, a sua ação no mundo, configurando a posição e o lugar do oprimido que vê o seu desejo de mudança inerte e massacrado em relação às forças e vetores contrários da lógica “policialesca”, conforme Rancière, do dado já pronto, “significado”, conforme Boal (2008).

Ponto interessante, desta forma, se destaca como a proposição de Boal, da ação a partir do teatro, como Arte marcial (2003), como ferramenta, caminho fértil, rico para a criação então dessas fissuras concretas e continuadas, como forma de transformação dessa condição de oprimido e irrupção do político - ou seja, a promoção de possibilidades de ruptura na ordem sensível oportunizando a subjetivação política - é preciso se apropriar da estética do opressor afim de recuperar a do oprimido. É neste sentido que a prática teatral se configurou e se configura como forma de subjetivação política e fortalecimento em meio ao desamparo coletivo e a crise já citada. Na medida em que recupera os pontos estagnados, paralisados, colocando-os à mostra à partir da cena, provocando uma ruptura na ordem do sensível, abrindo o

caminho para uma visibilização do não visto ou reconhecimento do dissenso, da lógica opressora ou policial, e a partir disso oferecendo uma possibilidade de ação diante do conflito, uma “(des)identificação” com a posição outrora ocultada à partir primeiramente de uma identificação desta mesma e em seguida, uma identificação reconfiguratória das subjetividades a partir da luta do oprimido a fim da satisfação do seu desejo e então da garantia do cerne da teoria de Rancière, a noção de igualdade.

Para Rancière (2000, p. 4), o processo de igualdade é também o da diferença. No entanto, esta diferença não está vinculada a um conflito entre instâncias identitárias ou à manifestação de uma identidade diferente. A diferença a que se refere Rancière não aparece no domínio do – próprio do grupo ou de sua cultura. Ao contrário, a cultura de um grupo enquanto um domínio pode reduzir a subjetivação política a uma simples identificação. A diferença relaciona-se à desidentificação, que desloca o ser e a comunidade, a ponto de provocar uma ruptura, uma reconfiguração que acontece na subjetivação política. O sujeito político aparece então como operador que tensiona e flexiona as relações estabelecidas no comum e expõe a contingência destas, causada pelo não reconhecimento enquanto – o próprio de um grupo. Não por acaso, conforme Boal (2009, p.185) as raízes do teatro do oprimido estão fixadas no fértil terreno da Ética e da Solidariedade, que são sua seiva e condição primeira para a invenção de sociedades não opressivas. Neste solo coexistem o remanescente instinto predatório animal e o avanço humanístico. Na terra, se vê a miséria do mundo; nas copas, o sol da manhã.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhuma oficina, encontro, ensaio ou qualquer atividade do TO deve terminar quando acaba: pelo contrário, deve projetar-se no futuro e produzir consequências individuais e sociais, por menores que sejam, reais. Todo e qualquer evento do TO deve objetivar as ações sociais concretas continuadas. Algo novo deve começar quando finda, sem terminar jamais! (BOAL, 2009, p.186)

Partindo do previsto nas bases do Teatro do Oprimido, que as ações voltadas para a transformação social devem ser concretas e continuadas, as experiências, com o próprio grupo no projeto de extensão e fora do projeto, com os grupos de jovens no Rio de Janeiro, foram fundamentais para a compreensão sobre a necessidade da

retomada da proposta de trabalho construída no projeto de extensão. Além disso, tais experiências foram fundamentais para a aproximação de outros recortes acerca dessas juventudes atravessados por lógicas extremas de opressão. Foi perceptível no momento das eleições, que as estruturas opressivas invisibilizadas nas relações sociais, ganhavam espaço e que ainda que o grupo tenha retornado as apresentações naquele momento, o cerne da proposta está para além de práticas isoladas.

Entretanto, constatou-se a eficácia da metodologia e a riqueza das possibilidades de trabalho em diferentes áreas utilizando a mesma, bem como, através da experiência, a importância do TO como dispositivo promotor de fissuras e ressignificações íntimas e coletivas. Pontua-se também que dificuldades foram encontradas para o grupo se reconhecer atravessado por privilégios e também atravessadas pelos engendramentos produzidos pela sua condição de raça, classe, gênero.

Assim se faz, portanto, visível e concreta, a proposta do Teatro do Oprimido como forma de subjetivação política nas juventudes. Fica em aberto, a contínua necessidade do compromisso humano e profissional com a realidade social e histórica, fundamental à recuperação da condição humana, e com a apropriação das lógicas opressoras como forma de luta e resistência em uma realidade comprometida com os ideais de Ética e Solidariedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente**: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. 2019.

BARBOSA, Inês; FERREIRA, Fernando Ilídio. Teatro do Oprimido e projeto emancipatório: mutações, fragilidades e combates. **Sociedade e Estado**, 2017, 32.2: 439-463.

BETIM, Felipe. Marcos Nobre: “Bolsonaro foi o candidato do colapso e precisa dele para se manter no poder”. **El país**, São Paulo, 19 ago. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542228843_630245.html. Acesso em: 25 out. 2019.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____, Augusto. Educação, Pedagogia e Cultura. In: **Metaxis – A Revista do Teatro do Oprimido. Periódico Institucional do CTO**. No.3, Rio de Janeiro, 2006

_____, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOAL, Julian. Por una historia política del Teatro del Oprimido. **Literatura: Teoría, História, Crítica**, v. 16, n. 1, p. 41-79, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude Estação juventude: **Conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. 128p.

CAMPOS, Fernanda Nogueira; PANUNCIO-PINTO, Maria Paula; SAEKI, Toyoko. **Teatro do oprimido: um teatro das emergências sociais e do conhecimento coletivo**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 552-561, Dec. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300004>>. Acesso em: 15 mai de 2018.

CAMPOS, Rafael dos Santos de Almeida. **O curinga na educação: o Teatro do Oprimido como prática pedagógica**. 2018

CARVALHO, I. C. Ambientalismo e juventude. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e Sociedade** – trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

COSTA GOMES, Pedro Augusto Boal; GONDAR, Josaida de Oliveira. **A Emancipação Pedagógica de Jacques Rancière e o Teatro do Oprimido como re-partilha do sensível**. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 192-208, jul. 2015. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n1p192>>. Acesso em: 27 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2015v12n1p192>.

ETCHEGARAY, R. (2014). La filosofía política de Jacques Rancière. *Novo Pensamiento: Revista de Filosofia*, IV(4), 25-60.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; PÓLIS. **Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2005.

LANE, Silvia T.; CODO, V. **Psicologia social: o homem em movimento**. 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo,

2004.

NUNES, J. A. (2003). **Risco, incerteza e formas emergentes de participação**. In J. Rebelo (Org.), *Novas formas de mobilização popular* (pp. 191-196). Porto: Campo das Letras.

ONU mostra 'preocupação profunda' com clima de violência na eleição do Brasil". **Gazeta do Povo**, Genebra, 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/onu-mostra-preocupacao-profunda-com-clima-de-violencia-na-eleicao-do-brasil-56tvoxaaozyu8di2vjke3yqzj/> Acesso em: 8 out. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. "Eleições 2018: Cinco fatos que provam que Brasil vai às urnas para disputa sem precedentes". **BBC**, Londres, 7 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45760999>. Acesso em: 20 out. 2019.

PAULA, R. Projeto de Extensão: Práticas Teatrais e Estética do Oprimido. **XIX Encontro Nacional da Abrapso**. Uberlândia, 2017. Disponível em: http://www.encontro2017.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=543&impresao. Acesso em: 13 out. 2019.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed.34, 1996.

_____, J. O Dissenso. In: Novaes, A. (org). **A crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____, J. Política, identificación y subjetivación. In: Ardití, Benjamin (Ed.). **El reverso de la diferencia: identidad y política**. Venezuela: Nueva Sociedad, 2000.

_____, J. **A Partilha do Sensível, estética e política**. São Paulo; EXO experimental, Editora 34, 2009.

_____, J. **O Espectador Emancipado**. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

RBA, Redação. Onda de violência de apoiadores de Bolsonaro registra no mínimo 50 ataques. **Rede Brasil Atual** (RBA). 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/10/onda-de-violencia-de-apoiadores-de-bolsonaro-registra-no-minimo-50-ataques/> Acesso em: 10 out. 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: R. R. Novaes; P. Vannuchi. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação** (pp. 19-33). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Elisângela. **Juventude e política: Modos de subjetivação na contemporaneidade**. Departamento de psicologia. Rio de Janeiro, PUC Rio, 2006. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CTCH/Psi/Elis%E2ngela%20Ribeiro%20da%20Silva.pdf Acesso em: 10 out. 2019.

SOUZA, Renato; VALENÇA, Lucas. Escalada do ódio marca campanha eleitoral curta e violenta. **Estado de Minas**. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/09/17/interna_politica,989306/escalada-do-odio-marca-campanha-eleitoral-curta-e-violenta.shtml> Acesso em: 10 out. 2018.

'THE GUARDIAN' publica manifesto contra Jair Bolsonaro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 out. 2018. Disponível em: https://www.jb.com.br/pais/eleicoes_2018/2018/10/950683-the-guardian-publica-manifesto-contrajair-bolsonaro.html . Acesso em: 26 out. 2019.

